



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

Ata da Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Fernando-RN, relativa à primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada no dia 29 de abril do ano de 2026.

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 17h00min (dezessete horas e zero minutos), reuniu-se a Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, situada a Rua Capitão João Florêncio nº45, Centro, São Fernando/RN, presidida pelo vereador **José Dinovan de Araújo**. Na oportunidade compareceram e assinaram o livro de presença os seguintes Vereadores: **Dionísio Eulámpio dos Santos Neto, Fernanda Lins de Medeiros Maia, Jubson Simões, Ianne Brilhante de Araújo, Welligthon Nivan de Medeiros, Francisco das Chagas Medeiros e Rubinaldo Dantas**. Havendo quórum legal, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, sendo assim, convidou a senhora secretária da mesa **Fernanda Lins de Medeiros Maia** para fazer a leitura da Ata da sessão anterior. Após a leitura da ata, a mesma foi votada e aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente autorizou a secretária da mesa para fazer a leitura das matérias encaminhadas, **Projeto de Lei nº 025/2026** – de autoria do Poder Executivo – Altera a Lei Municipal nº 0561 de 08 de julho de 2009, e dá outras providências. **Projeto de Lei nº 026/2026** – de autoria do Poder Executivo – Disciplina a realização de Processos Seletivos Simplificados no âmbito da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, e dá outras providências. **Projeto de Lei nº 027/2026** – de autoria do Poder Executivo – Estabelece critérios para cálculo de depreciação de bens móveis e imóveis da Administração Pública Municipal, e dá outras providências. **Emenda Substitutiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei nº 14/2026** - Substitui integralmente o art. 5º do Projeto de Lei nº 14/2026. **Emenda Modificativa nº 06/2026 ao Projeto de Lei nº 14/2026** - Altera a redação do art. 4º do Projeto de Lei nº 14/2026. **Emenda Aditiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei nº 14/2026** - Promove a renumeração do dispositivo final do Projeto de Lei nº 14/2026. **Parecer ao Projeto de Lei nº 14/2026, Parecer ao Projeto de Lei nº 09/2026, Parecer ao Projeto de Lei nº 19/2026, Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2026.** **Fez o uso da Palavra o Vereador Jubson Simões**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, quero registrar a honra e a satisfação em receber cada cidadão presente nesta sessão. Sabemos das dificuldades para que a população acompanhe os trabalhos legislativos presencialmente, razão pela qual a presença de todos engrandece esta Casa do Povo. Senhor Presidente, tenho acompanhado, nos últimos dias, uma situação bastante preocupante em nosso município: a questão do atraso no pagamento de servidores públicos municipais. Ao percorrer a cidade, fui abordado por um servidor da área da construção, que relatou estar sem receber salários desde o mês de fevereiro. Diante desse relato, assumi o compromisso de buscar esclarecimentos junto ao Poder Executivo, pois entendo que todo trabalhador tem o direito de receber dignamente pelo serviço prestado. Estivemos em conversa com o prefeito municipal, que alegou dificuldades financeiras enfrentadas pelo município. Entretanto, observamos que determinados pagamentos a fornecedores vêm sendo realizados, enquanto os salários dos servidores permanecem em atraso. Cito, por exemplo, um pagamento realizado pela Secretaria Municipal de Esportes, no valor aproximado de R\$ 29 mil, destinado à aquisição de fardamento para time. Entendo que, neste momento, a prioridade absoluta deve ser o pagamento dos servidores públicos, que precisam honrar seus compromissos básicos, como



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

aluguel, alimentação, contas de água, energia elétrica e demais despesas familiares. Quem trabalha quer receber. Eu mesmo penso assim. Todo trabalhador merece respeito e valorização. Portanto, acredito que a gestão municipal precisa rever suas prioridades, colocando o servidor em primeiro lugar. O prefeito informou que houve queda significativa na arrecadação do município, especialmente em razão da redução do ISS proveniente das obras da barragem e das estradas, além de bloqueios financeiros relacionados ao INSS e à Receita Federal. Tais fatores, segundo ele, contribuíram para a atual situação financeira do município. Entretanto, nós, vereadores da bancada que dá sustentação administrativa ao Executivo Municipal, temos a responsabilidade de buscar esclarecimentos mais profundos sobre essa realidade financeira, até porque todas as ações da gestão passam por esta Casa Legislativa. Precisamos nos reunir com o prefeito, dialogar de forma transparente e compreender o real cenário das finanças municipais, para que possamos buscar soluções e evitar que os servidores continuem sendo prejudicados. Não é admissível que trabalhadores estejam enfrentando atrasos salariais. Por isso, defenderemos uma reunião da bancada com o chefe do Executivo, a fim de buscar uma solução rápida e eficiente para esse problema. Senhor Presidente, também tramitam nesta Casa importantes projetos de lei. Um deles trata do REFIS municipal, oferecendo descontos e parcelamentos para contribuintes com débitos tributários junto ao município, como IPTU, alvarás e outras taxas. Outro projeto em tramitação propõe alterações em uma lei que concede incentivo financeiro por desempenho na área da saúde. Esta Casa aprovou anteriormente a inclusão dos ASGs nesse incentivo. Contudo, o Executivo encaminhou novo projeto visando excluir esses profissionais do benefício. Desde já, manifesto minha posição contrária a essa retirada. Sou contra qualquer medida que implique redução salarial ou perda de direitos dos servidores. A Constituição Federal assegura o princípio da irredutibilidade salarial, e entendo que todo trabalhador merece valorização. Ainda que o valor seja pequeno, representa uma complementação importante para esses profissionais, que também contribuem para o funcionamento dos serviços de saúde, auxiliando diretamente os profissionais técnicos. Portanto, reafirmo: sou favorável à valorização dos servidores e contrário à retirada de benefícios já concedidos. Também está em pauta o projeto que cria oficialmente a função de Condutor de Ambulância no âmbito municipal. Trata-se de uma iniciativa extremamente importante, inclusive por estar alinhada à legislação federal. Os profissionais que exercem essa função desempenham um trabalho de grande responsabilidade, muitas vezes conduzindo pacientes em deslocamentos para Natal durante a madrugada e em situações emergenciais. O projeto prevê melhorias na remuneração, valorização profissional e concessão de vantagens específicas para esses trabalhadores, o que considero absolutamente justo. Esta Casa deverá aprovar esse importante projeto de lei, inclusive com emendas apresentadas para aperfeiçoar o texto e beneficiar ainda mais os condutores de ambulância. Há ainda outros projetos em tramitação que serão debatidos nas próximas sessões, dentre eles o projeto relativo ao processo seletivo simplificado. Particularmente, entendo que o município deve priorizar a realização de concurso público, garantindo maior transparência, igualdade e efetividade no ingresso ao serviço público. Já vimos situações problemáticas envolvendo processos seletivos em outros municípios, como em Caicó, onde houve seleção sem convocação de candidatos. Defendo que o correto é promover concursos públicos, permitindo que os cidadãos ingressem no serviço público por mérito e estabilidade. Quero destacar também importantes iniciativas aprovadas por esta Casa Legislativa. Uma delas foi o Programa de Aposentadoria Incentivada — PAI — que possibilitou a aposentadoria de



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

diversos servidores com complementação financeira do município. Isso garantiu dignidade aos servidores aposentados e, ao mesmo tempo, gerou economia significativa para os cofres públicos. Outra medida importante foi a implantação da energia solar no município, tema que sempre defendi nesta tribuna. Hoje, essa iniciativa gera uma economia aproximada de R\$ 30 mil mensais aos cofres municipais, representando um importante reforço financeiro em tempos de dificuldade econômica. São ações como essas que demonstram o papel desta Câmara Municipal na melhoria da qualidade de vida da população e na busca por equilíbrio financeiro para o município. Lamento, entretanto, que o município ainda não tenha conseguido viabilizar importantes investimentos, como a construção do matadouro público. Sempre que ocupo esta tribuna, faço questão de lembrar dessa necessidade, assim como fiz no passado em relação à energia solar, que hoje já é realidade. Também quero registrar minha posição crítica em relação às emendas parlamentares. Embora reconheça que muitos municípios acabam sendo beneficiados financeiramente por meio delas, entendo que, em muitos casos, essas emendas acabam vinculadas a interesses políticos e eleitorais, gerando distorções e práticas inadequadas. Defendo que os recursos públicos sejam distribuídos de forma justa e institucional, sem condicionamentos políticos ou troca de apoio eleitoral. Da mesma forma, estivemos diversas vezes em Natal, juntamente com vereadores, vice-prefeito e lideranças municipais, buscando apoio do Governo do Estado para a construção da passagem molhada do Marizeiro. Participamos de reuniões com secretários estaduais e demais autoridades, porém infelizmente ainda não obtivemos os recursos necessários para execução da obra. A população daquela região enfrenta dificuldades de deslocamento, e continuaremos lutando para que essa demanda seja atendida futuramente. Por fim, Senhor Presidente, quero tratar da questão da segurança pública em nosso município. Recentemente ocorreram furtos de motocicletas em São Fernando, especialmente na região dos conjuntos habitacionais. Diante disso, pretendo encaminhar ofício solicitando reunião com o novo sargento responsável pelo policiamento local, a fim de discutir medidas para intensificar as rondas policiais e fortalecer a segurança da população. É fundamental que haja maior presença policial nas ruas para prevenir novos furtos e garantir tranquilidade aos cidadãos. Encerrando minhas palavras, agradeço ao Presidente desta Casa pela condução dos trabalhos, aos colegas vereadores e a todos que nos acompanham. Reafirmo que este mandato permanece democrático, aberto ao diálogo e à participação de todos. Muito obrigado e até a próxima oportunidade. **Fez o uso da Palavra a Vereadora Fernanda Lins de Medeiros Maia**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, quero registrar minha satisfação em ver esta Casa hoje com grande participação popular, especialmente de profissionais da área da saúde, que vieram acompanhar esta sessão legislativa. A sessão de hoje conta com importantes projetos de lei, todos voltados para melhorias em benefício da população de São Fernando. Dessa forma, farei minhas considerações seguindo a ordem das matérias em tramitação. Inicio pelo Projeto de Lei nº 14, que trata da criação da função de Condutor de Ambulância no âmbito do município. Trata-se de uma função que, na prática, os motoristas da saúde já exercem há muitos anos, embora tenham ingressado originalmente no serviço público como motoristas. Esses profissionais há mais de uma década realizam viagens constantes entre São Fernando e Natal, atendendo situações de urgência, emergência e transporte de pacientes, muitas vezes sem horário para descanso ou repouso, sempre movidos pelo compromisso humano e solidário de ajudar a população. Portanto, considero mais do que justa a adequação do município à legislação federal,



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

garantindo oficialmente essa função aos profissionais que já desempenham essa atividade diariamente. Inclusive, todos os vereadores apresentaram emendas conjuntas ao projeto, buscando assegurar melhores condições e benefícios possíveis para esses trabalhadores. Reafirmo aos condutores de ambulância que esta Câmara Municipal continuará empenhada em apoiar tudo aquilo que represente valorização profissional e melhoria das condições de trabalho. Passando ao Projeto de Lei nº 15, mencionado anteriormente pelo vereador Jubson Simões, quero esclarecer meu posicionamento acerca da retirada dos ASGs do incentivo financeiro da saúde. Inicialmente, ressalto que não se trata de redução salarial, mas sim de incentivo financeiro regulamentado por normas federais específicas. Esse incentivo possui critérios determinados pela legislação nacional, sendo destinado às categorias diretamente vinculadas ao programa da Estratégia Saúde da Família, tais como enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Desde a tramitação inicial dessa matéria nesta Casa, manifestei meu entendimento de que é necessário separar corretamente as atribuições e categorias profissionais. Mesmo tendo familiares e pessoas próximas envolvidas na questão, nunca pautei minha atuação por interesses pessoais. Meu compromisso é com o município e com o cumprimento da legalidade. A legislação federal estabelece claramente quais profissionais têm direito ao incentivo. Portanto, qualquer ampliação indevida pode configurar irregularidade ou afronta ao princípio da legalidade. Quero deixar claro que não desmereço nenhuma categoria profissional. Pelo contrário, reconheço a dignidade e importância de todas as funções exercidas no serviço público municipal. Entretanto, os ASGs vinculados às unidades de saúde não integram formalmente a equipe da Estratégia Saúde da Família, que é o programa responsável pelo recebimento do incentivo financeiro. Esse incentivo, inclusive, está vinculado ao cumprimento de metas estabelecidas pelo programa federal. Caso essas metas não sejam atingidas, o recurso sequer é repassado ao município. Assim, trata-se de verba específica e condicionada ao desempenho da equipe cadastrada no programa. Da mesma forma que os motoristas possuem incentivos vinculados às viagens realizadas, e outras categorias recebem gratificações específicas, os profissionais da Estratégia Saúde da Família recebem esse incentivo conforme os critérios do programa federal. Por isso, sou favorável ao projeto encaminhado pelo prefeito municipal para reorganização da matéria, tendo em vista que São Fernando, segundo informações apresentadas, seria um dos únicos municípios a conceder esse incentivo aos ASGs fora das categorias previstas nacionalmente. Reafirmo, contudo, que continuarei sempre defendendo os direitos dos ASGs e de todas as demais categorias, desde que dentro da legalidade e do que efetivamente lhes seja assegurado por lei. Ainda sobre esse tema, ressalto que também defendi a extensão do benefício aos ASGs das unidades de saúde, em razão do princípio da igualdade, uma vez que profissionais em situações semelhantes devem receber tratamento isonômico. Entretanto, se a legislação não permite a concessão do incentivo, entendo que a regra deve ser aplicada igualmente para todos. Na sequência, destaco o Projeto de Lei nº 22, encaminhado pelo Executivo Municipal para viabilizar concurso público consorciado entre municípios da região do Seridó. Manifesto-me favoravelmente à iniciativa, pois a realização conjunta do certame reduzirá custos administrativos para os municípios, permitirá maior organização e ampliará as oportunidades para os candidatos da região. Entendo que tudo aquilo que for benéfico para o povo de São Fernando deve contar com nosso apoio. Também quero abordar a questão dos pagamentos em atraso no município. Assim como outros vereadores, procurei o prefeito municipal em busca de esclarecimentos. Nós, vereadores da base de



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

sustentação do prefeito Genilson, temos responsabilidade institucional, mas isso não significa concordância automática com todas as decisões da gestão. Nosso dever é fiscalizar, acompanhar e agir com responsabilidade. Por essa razão, pretendo apresentar requerimento à Secretaria Municipal de Finanças solicitando o envio da ordem cronológica de todos os pagamentos realizados pelo município, abrangendo tanto prestadores de serviço quanto fornecedores. Compreendo que houve redução de arrecadação nos últimos anos, especialmente em razão da diminuição dos recursos provenientes das obras da barragem. Contudo, o que não considero aceitável é a quebra da ordem cronológica de pagamentos. Não considero justo que determinados prestadores recebam integralmente seus valores enquanto outros permaneçam meses sem receber qualquer quantia. O correto é que haja transparência, organização e respeito à sequência de pagamentos. Estou nesta Casa porque fui eleita pelo povo e tenho o dever constitucional de fiscalizar os atos da administração pública em nome da população. Por fim, quero tratar da questão da passagem molhada prevista no projeto da barragem. Desejo consultar oficialmente a assessoria jurídica desta Casa sobre a possibilidade de a Câmara Municipal ingressar judicialmente contra o Estado, visando cobrar a execução da obra, uma vez que a passagem molhada constava no projeto original da barragem e os recursos destinados à obra foram incluídos no orçamento. O assessor jurídico desta Casa esclareceu que, caso a obra esteja prevista no projeto e não tenha havido alteração legal ou contratual, existe legitimidade para cobrança administrativa e eventual judicialização da questão. Diante disso, entendo que a população de São Fernando tem o direito de exigir a entrega integral da obra conforme planejada originalmente. Na oportunidade, o vereador Jubson Simões apartou esta parlamentar, concordando com a necessidade de cobrança ao Governo do Estado e sugerindo o encaminhamento de ofícios à governadora Fátima Bezerra e à Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, solicitando esclarecimentos oficiais sobre a situação da passagem molhada e eventual alteração contratual do projeto. Ainda durante o aparte, houve debate acerca da inclusão dos ASGs nos incentivos financeiros da saúde. O vereador Jubson Simões mencionou exemplos de outros municípios que teriam adotado entendimento semelhante, enquanto esta vereadora reiterou que o atual programa federal possui regras específicas distintas das normas anteriores, defendendo novamente a observância da legislação vigente. Encerrando minhas palavras, agradeço a atenção de todos os presentes, dos colegas parlamentares e da população que acompanha esta sessão. Muito obrigada. **Fez o uso da Palavra o Vereador Dionísio Eulámpio dos Santos Neto**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Senhor Presidente, faço uso da tribuna nesta noite para tratar de algumas pautas importantes que têm gerado preocupação na população do nosso município. Inicialmente, quero abordar a situação dos bolsistas e estagiários municipais. Fui procurado por diversos estudantes universitários em razão da redução do valor das bolsas de estágio promovida pela administração municipal. Diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo município, o prefeito municipal tomou a decisão de reduzir o valor das bolsas, que anteriormente era de R\$ 900,00 e passou para R\$ 500,00. Contudo, entendo que a forma como essa medida foi conduzida foi inadequada, especialmente pela ausência de diálogo prévio com os estudantes e com esta Casa Legislativa. Esses universitários dependem desse apoio não apenas pela experiência profissional adquirida através do estágio, mas também pelo auxílio financeiro necessário para manutenção de seus estudos e despesas pessoais. Uma redução tão significativa, próxima de cinquenta por cento, realizada de maneira



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

abrupta, causa enorme impacto financeiro e emocional aos estudantes, que foram surpreendidos sem qualquer planejamento prévio. Por essa razão, peço aos colegas vereadores que possamos dialogar com o prefeito municipal, buscando alternativas para amenizar essa situação e, se possível, rever os valores pagos aos estagiários, pois entendemos que o impacto negativo dessa decisão atinge não apenas os estudantes, mas também toda a representação política do município. Outro ponto que merece destaque é a questão dos atrasos salariais enfrentados por servidores municipais. Já vivi experiência semelhante quando trabalhei na Secretaria Estadual, durante o governo Robinson Faria, ocasião em que permaneci meses sem receber salário. Posso afirmar que foi uma das experiências mais difíceis da minha vida profissional. Trabalhar sem previsão de pagamento gera insegurança, sofrimento e desestruturação financeira para qualquer trabalhador. Além disso, os atrasos salariais desgastam a gestão pública, os representantes políticos e prejudicam diretamente a economia local, pois quando o servidor deixa de receber, o comércio e toda a circulação financeira do município também sofrem os impactos. Defendo que a administração municipal realize melhor planejamento financeiro, identificando áreas onde seja possível reduzir despesas sem prejudicar os servidores nem comprometer o desenvolvimento do município. Senhor Presidente, também quero registrar meu posicionamento acerca das votações desta Casa Legislativa. Desde o início do meu mandato, tenho procurado atuar com independência e responsabilidade, sempre pautando minhas decisões pelo princípio da justiça social e pela legalidade, independentemente de posicionamentos políticos ou ideológicos. Quando analiso projetos polêmicos, procuro agir de forma justa e equilibrada, respeitando o direito daqueles que efetivamente possuem respaldo legal. Nesse contexto, ao tratar da matéria referente aos incentivos financeiros da saúde, quero deixar claro que não tenho nada contra os ASGs ou qualquer outra categoria profissional. Entretanto, entendo que não posso votar de maneira contrária ao que determina a legislação. Se determinada categoria possui direito legal ao incentivo, não considero correto retirar esse direito ou ampliar sua concessão de forma irregular. Por essa razão, mantenho meu posicionamento favorável ao pagamento do incentivo aos profissionais que legalmente fazem jus ao benefício dentro do programa federal da saúde. Entretanto, visando minimizar perdas para os ASGs, apresento desde já requerimento ao Poder Executivo Municipal solicitando que seja estudada a possibilidade de concessão de gratificação ou incentivo utilizando recursos próprios do município. Dessa forma, os profissionais poderiam continuar recebendo uma complementação financeira sem utilização indevida de recursos vinculados ao programa federal. Também quero manifestar meu total apoio ao projeto que cria oficialmente a função de Condutor de Ambulância no município. Esses profissionais exercem atividade extremamente importante, permanecendo disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite para atender às necessidades da população. Portanto, considero mais do que justa a aprovação unânime desta matéria pela Câmara Municipal. Neste momento, a vereadora Fernanda Lins apartou este parlamentar, destacando que os estagiários atualmente exercem funções semelhantes às desempenhadas por profissionais contratados através de processo seletivo, defendendo que ambos recebam tratamento remuneratório isonômico. A vereadora também reforçou a necessidade de diálogo da bancada governista com o prefeito municipal para demonstrar a injustiça da redução das bolsas de estágio. Ainda durante o aparte, a vereadora Fernanda Lins mencionou a questão da produtividade paga aos servidores municipais, afirmando que o valor permanece praticamente inalterado há mais de vinte anos e defendendo sua atualização como alternativa para compensar



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

eventuais perdas financeiras dos servidores. Retomando minhas palavras, agradeço a contribuição da colega vereadora e concordo que o reajuste da produtividade pode ser uma alternativa importante para amenizar os impactos sofridos pelos servidores municipais. Por fim, Senhor Presidente, quero agradecer a Deus pelas chuvas registradas em nossa região neste período. Sabemos das dificuldades enfrentadas pelo homem do campo, especialmente diante da escassez hídrica vivenciada nos últimos anos e das limitações da operação carro-pipa para suprir integralmente as necessidades das comunidades rurais. As recentes chuvas e o aumento significativo do volume da Barragem de Oiticica representam verdadeira bênção para toda a região do Seridó. Hoje podemos afirmar que o Seridó começa a conquistar segurança hídrica graças a essa importante obra estruturante. O município de São Fernando precisará agora incentivar e apoiar cada vez mais o homem do campo, aproveitando a disponibilidade de água e a qualidade das terras para fortalecer a agricultura, a produção rural e o desenvolvimento econômico local. A água era o maior desafio da nossa região, e hoje temos a esperança renovada através dessa importante conquista. Portanto, deixo aqui meu agradecimento a Deus pelas chuvas e pela melhoria das condições hídricas em nosso município e em toda a região do Seridó. Estas eram as minhas palavras, Senhor Presidente. Muito obrigado e até a próxima sessão, se Deus quiser. **Fez o uso da Palavra o Vereador Francisco das Chagas Medeiros**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Senhor Presidente, inicio minhas palavras associando-me às manifestações já realizadas nesta tribuna acerca da importância da Barragem de Oiticica para o município de São Fernando e para toda a região do Seridó. Trata-se de uma obra histórica, que trouxe enorme benefício hídrico para o nosso município. Agora, cabe ao poder público municipal incentivar e dar continuidade às ações necessárias para que toda essa estrutura seja devidamente aproveitada em favor da população. Recordo-me de ter participado, juntamente com outras lideranças políticas, inclusive o vereador Rubinaldo, da solenidade de assinatura da ordem de serviço da barragem, realizada em Barra de Santana, durante o governo da então governadora Rosalba Ciarlini. Naquela ocasião, houve manifestações contrárias por parte de algumas pessoas presentes, mas a governadora reafirmou a importância da obra e assinou a ordem de serviço atendendo ao desejo da maioria da população. Naquele momento, sequer imaginávamos que, hoje, teríamos uma barragem de tamanha grandiosidade, com capacidade hídrica suficiente para beneficiar São Fernando e boa parte da região do Seridó. Também quero registrar meus parabéns à comunidade da Ramada em Joaquim de neas e ao padre responsável pela celebração religiosa realizada recentemente, ocasião em que ocorreu uma missa muito bonita e participativa. Infelizmente, não pude comparecer por estar de plantão no hospital regional, mas sei que houve participação de representantes desta Casa Legislativa. Senhor Presidente, quero apresentar requerimento verbal solicitando ao Governo do Estado o recapeamento da estrada que liga nosso município. Inclusive, estive recentemente em Serra Negra, ocasião em que entreguei pessoalmente à governadora Fátima Bezerra solicitação em nome da população de São Fernando pedindo melhorias para a nossa rodovia. Quando um vereador faz uma reivindicação, não o faz em benefício próprio, mas em nome de toda a coletividade. Outros municípios estão recebendo importantes investimentos em infraestrutura rodoviária, como Timbaúba, que está sendo contemplada com nova estrada de excelente qualidade. Portanto, é necessário que haja maior articulação e força política para que São Fernando também seja contemplado. Quero ainda destacar a conquista da rádio comunitária FM



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

para o município, instrumento de grande importância para a comunicação local. Acredito que futuramente esta Casa Legislativa poderá, inclusive, estabelecer parcerias para transmissão das sessões legislativas, ampliando o acesso da população aos trabalhos parlamentares. Mudando de assunto, desejo tratar da situação da praça pública de nossa cidade. A praça existente foi demolida para execução de uma obra de revitalização. Entretanto, observamos que diversos itens previstos originalmente no projeto deixaram de ser executados, como melhorias nos quiosques, palco, palanque e a construção da praça em frente à igreja. O que chama atenção é que, mesmo com a retirada de diversos elementos do projeto original, o valor total da obra permaneceu inalterado, no montante de R\$ 346.236,20. Diante disso, solicito que o chefe do Poder Executivo encaminhe esclarecimentos oficiais a esta Casa Legislativa, explicando as alterações realizadas no projeto e os motivos pelos quais o valor contratado não sofreu redução proporcional. Entendo que o município precisa de uma praça bonita e bem estruturada, mas as obras públicas devem ser executadas com responsabilidade, planejamento e transparência. Neste momento, a vereadora Fernanda Lins apartou este parlamentar, afirmando que São Fernando já possui praça de eventos e defendendo que o novo espaço público deve atender às necessidades das famílias durante todo o ano, e não apenas durante os festejos da padroeira. A vereadora também informou que a obra ainda não foi concluída, que o município notificou a empresa responsável pela lentidão na execução e que espera que o resultado final da praça atenda às expectativas da população. Retomando minhas palavras, espero sinceramente que a obra seja concluída da melhor forma possível e que atenda aos anseios da população. Senhor Presidente, quero também abordar a questão do concurso público anunciado pelo município. Precisamos analisar cuidadosamente se o número de vagas previsto atende efetivamente às necessidades da administração pública municipal. O município carece de profissionais em diversas áreas, como farmacêuticos, terapeutas, enfermeiros, motoristas e outros servidores essenciais. Não podemos continuar convivendo com sucessivos processos seletivos simplificados, frequentemente alvo de denúncias e questionamentos nas redes sociais. É necessário fortalecer o quadro efetivo do município por meio de concurso público amplo e transparente. Quanto à questão dos pagamentos em atraso, confesso que falar sobre esse assunto me causa profundo constrangimento. São Fernando sempre foi reconhecida como uma cidade organizada e bem administrada, mas hoje vivencia situação preocupante com atrasos salariais e dificuldades financeiras. Sempre fui contrário a qualquer situação que implique atraso no pagamento dos servidores públicos. Considero extremamente grave que um município chegue ao ponto de não conseguir honrar regularmente os salários de seus trabalhadores. Na sequência, quero tratar da discussão acerca dos incentivos financeiros dos ASGs. Se havia entendimento de que os ASGs não poderiam receber recursos oriundos do programa federal da saúde, questiono por que o projeto foi encaminhado anteriormente para votação nesta Casa. Sempre votei favoravelmente a projetos que representassem melhoria salarial e valorização dos trabalhadores. Contudo, diante da manifestação técnica do Ministério da Saúde, precisamos adequar a legislação municipal ao que determina o programa federal. Entretanto, isso não significa abandonar os ASGs. Neste momento, associo-me ao requerimento apresentado pelo vereador Dionísio Eulâmpio, sugerindo que o município utilize recursos próprios para criar gratificação ou incentivo específico aos ASGs, evitando perdas financeiras para a categoria. Atualmente, os profissionais recebem valores extremamente baixos de produtividade e insalubridade, o que precisa ser revisto urgentemente.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

Quanto ao projeto dos motoristas e condutores de ambulância, afirmo que essa valorização já deveria ter ocorrido há muito tempo. Esses profissionais enfrentam rotina extremamente desgastante, realizando inúmeras viagens, muitas vezes durante a madrugada, sem descanso adequado e em situações de grande responsabilidade. Tenho conhecimento de casos em que motoristas realizaram dezenas de viagens consecutivas ao hospital regional, chegando ao limite do desgaste físico. Portanto, o projeto é mais do que justo, e desde já declaro meu voto favorável. Defendo ainda que o município mantenha plantão permanente com técnico de enfermagem para acompanhar os pacientes transportados, evitando que os motoristas assumam funções que não lhes competem. É inadmissível que São Fernando seja um dos poucos municípios da região sem acompanhamento adequado de pacientes durante transferências hospitalares. Também considero preocupante a ausência de médicos em determinados períodos nos finais de semana no município, enquanto cidades vizinhas conseguem manter atendimento regular à população. A saúde pública exige organização, compromisso e respeito às necessidades da população. Encerrando minhas palavras, reafirmo meu apoio aos motoristas, aos servidores públicos e à população de São Fernando. Votarei favoravelmente aos projetos que considero benéficos para o povo do município. Muito obrigado, Senhor Presidente. **Fez o uso da Palavra a Vereadora Ianne Brilhante**, no qual saúdo todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Venho a esta tribuna, mais uma vez, reforçar a cobrança acerca do pagamento dos salários atrasados dos servidores contratados por processo seletivo em nosso município. Além dos atrasos salariais, houve também a redução dos vencimentos desses trabalhadores, sem qualquer aviso prévio ou diálogo com a categoria. Muitos desses servidores estão sem receber desde o mês de fevereiro, vivendo uma situação de insegurança e desrespeito. Os seletistas solicitam apenas aquilo que é justo: um posicionamento oficial do Poder Executivo Municipal, uma resposta concreta, uma previsão, um prazo, enfim, o mínimo de consideração e respeito. Na sessão passada, já havia solicitado ao prefeito municipal a regularização desses pagamentos, e hoje volto a reiterar esse pedido em nome de todos aqueles que estão sendo prejudicados. E digo mais: fico feliz em perceber que outros colegas vereadores passaram também a se manifestar sobre essa situação. Afinal, nós fomos eleitos para representar o povo e dar voz às necessidades da população nesta Casa Legislativa. Essa é a nossa função institucional e o nosso dever enquanto parlamentares. Na presente sessão, estão em discussão projetos de grande relevância para a área da saúde pública municipal. Um deles trata da criação e regulamentação da função de condutor de ambulância. Quero aqui registrar meu voto favorável e reconhecer a importância desses profissionais, que muitas vezes passam despercebidos, embora desempenhem um papel essencial no atendimento e na assistência à população, especialmente nos momentos de urgência e sofrimento. São profissionais de extrema dedicação, prontidão e merecedores de reconhecimento e valorização. Também será apreciado o projeto relacionado ao incentivo federal do Programa Brasil 360. E quero aqui justificar meu posicionamento favorável à retirada dos auxiliares de serviços gerais — ASGs — desse incentivo específico. Faço isso sem qualquer desmerecimento à categoria, que possui toda a minha consideração e respeito. Entretanto, trata-se de um incentivo federal destinado exclusivamente às categorias previstas na legislação nacional, quais sejam: enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. O município, em momento anterior, incluiu os ASGs no recebimento desse incentivo, o que hoje se verifica incompatível com a legislação federal vigente. É importante esclarecer que não haverá



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

perda salarial para esses servidores. O que deixará de ser pago é apenas o incentivo federal, que legalmente não pertence à categoria dos ASGs. Reitero que meu posicionamento não é contra os profissionais, mas em favor da legalidade e da adequação do município às normas federais. Outro tema importante é a realização do concurso público municipal. Recebo essa notícia com muita satisfação e esperança. Espero sinceramente que São Fernando deixe de ser manchete negativa em razão de denúncias e questionamentos envolvendo processos seletivos simplificados. O concurso público é o instrumento mais justo, transparente e democrático de ingresso no serviço público, garantindo igualdade de oportunidades à população. Desejo que nosso município volte a ser reconhecido pelo respeito às instituições, pela transparência administrativa e pela valorização dos servidores públicos. Estas são as minhas palavras, Senhor Presidente. Muito obrigada e uma boa noite a todos. **Fez o uso da Palavra o Vereador Rubinaldo Dantas**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, quero registrar minha gratidão e satisfação pela belíssima celebração realizada ontem em homenagem à saudosa Dona Severina, por ocasião dos seus 91 anos de vida, se estivesse entre nós. Foi uma missa solene, muito participativa, reunindo familiares, amigos e a comunidade em geral. Houve também apresentações culturais que abrilhantaram ainda mais aquele momento de fé e confraternização. Quero destacar ainda que o evento proporcionou um importante momento de diálogo e reconciliação, inclusive com a aproximação entre o ex-vereador Zé Orlando e o presidente Dionovan, algo que considero extremamente positivo. A paz, a união e o entendimento sempre devem prevalecer em nossa sociedade. Senhor Presidente, nobres colegas e população presente, quero também registrar minha gratidão aos servidores públicos que hoje se fazem presentes nesta Casa Legislativa em busca de seus direitos e da valorização do serviço que prestam ao município. O servidor público tem todo o direito de reivindicar melhores condições de trabalho e salários dignos, pois é através da remuneração justa que o trabalhador encontra motivação e reconhecimento pelo serviço que desempenha. Eu mesmo fui trabalhador rural. Trabalhei em diversas fazendas antes de exercer mandato nesta Casa Legislativa, e sempre tive a dedicação de prestar um bom serviço, mesmo diante de remunerações modestas. Sempre entendi que é dever de quem administra reconhecer o valor do trabalhador e ter gratidão pelo serviço prestado. Da mesma forma, o servidor tem o direito de cobrar do Poder Público respeito, valorização e reconhecimento pelo trabalho que executa em benefício da população. Quero também fazer algumas considerações sobre a Barragem de Oiticica, que atualmente se encontra com aproximadamente 69% de sua capacidade hídrica. Trata-se de um enorme volume de água, uma obra grandiosa e histórica para nossa região. Inclusive, convido aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de visitar a barragem que façam essa visita. É algo impressionante. A sensação visual é grandiosa e emocionante. Hoje, graças a Deus, São Fernando possui uma segurança hídrica que garante a permanência das pessoas tanto na zona urbana quanto na zona rural do município. Entretanto, também precisamos reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais atingidas pela barragem. Lutei muito junto aos órgãos do Estado para tentar garantir a manutenção da energia elétrica em algumas áreas, especialmente porque a rede de alta tensão, em determinados trechos, não seria atingida pela água da barragem. Solicitei ao Estado que fossem removidos apenas os transformadores das áreas baixas e preservadas as estruturas das partes mais altas, garantindo assim o funcionamento do abastecimento d'água para diversas famílias. Porém, infelizmente, o Estado não ouviu os apelos da população. Muitas comunidades



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

ficaram sem energia, sem abastecimento de água e precisaram buscar soluções paliativas para sobreviver. O caso mais crítico foi o do São Jerônimo, onde algumas famílias passaram a ficar a mais de 500 metros da água. Graças a Deus, conseguimos fazer alguns arranjos emergenciais para amenizar o sofrimento daquelas pessoas. Contudo, o Estado deveria ter assumido sua responsabilidade e realizado a remoção adequada das adutoras e sistemas de abastecimento das comunidades atingidas. Isso não ocorreu apenas no São Jerônimo, mas também nas comunidades Bestas Bravas, Garcia, Barra do Araçá e Angico, na região de Jardim de Piranhas. Estado simplesmente deixou que cada comunidade buscasse sobreviver por conta própria. Mesmo diante dessas dificuldades, reconhecemos a importância da barragem. Hoje temos água em abundância e perspectivas de desenvolvimento para a agricultura irrigada, para a criação de animais e para a permanência das famílias no campo. Muitos moradores já removeram seus ranchos e estão reconstruindo suas vidas em outras áreas. Há dificuldades no abastecimento, e muitas vezes é a Prefeitura Municipal que auxilia com carros-pipa, mesmo enfrentando dificuldades financeiras. O Estado, infelizmente, pouco tem feito pelas comunidades rurais atingidas. A barragem este ano provavelmente não sangrará, pois ainda faltam aproximadamente três metros para atingir sua capacidade máxima, o que corresponde a cerca de 30% do volume total. Mesmo assim, trata-se de um excelente volume de água. É verdade que algumas estradas ficaram mais longas em razão das áreas inundadas. Existem locais onde antes se percorria poucos minutos e hoje é necessário fazer trajetos muito maiores. Porém, tudo isso é enfrentado com satisfação pela população, porque hoje temos água, e água representa vida. Quero também desejar que Deus continue mandando chuva para toda nossa região, especialmente para as comunidades que ainda sofrem com escassez hídrica. Neste momento, concedo aparte ao vereador Jubson Simões. **Aparte do Vereador Jubson Simões** "Agradeço ao nobre colega Rubinaldo e me somo ao seu discurso, que considero extremamente importante neste momento. De fato, precisamos reconhecer a grandiosidade da Barragem de Oiticica. Hoje temos aproximadamente 70% da sua capacidade preenchida, o que representa uma conquista histórica para nossa região. No entanto, também temos acompanhado a deficiência do Estado em cumprir com sua parte junto às famílias que permanecerão às margens da barragem. A questão da energia elétrica, das adutoras, das agrovilas e das estradas continua sendo um problema sério. O Estado prometeu diversas melhorias e até o presente momento não executou aquilo que deveria. E quem termina assumindo essas responsabilidades é o município, especialmente São Fernando e Jardim de Piranhas, que precisarão investir recursos próprios para prestar assistência àquelas famílias. As estradas já se encontram bastante deterioradas, e se o município não agir rapidamente, muitas áreas ficarão intrafegáveis. Também precisamos continuar cobrando do Governo do Estado a construção da passagem molhada prevista no projeto da barragem. É necessário que a gestão municipal, juntamente com os vereadores, o prefeito e o vice-prefeito, façam essa cobrança diretamente ao governo estadual. Parabênizo o colega pelo discurso e pela preocupação com as famílias que vivem nas margens da barragem." Concedo também aparte ao vereador Dionísio Eulâmpio. **Aparte do Vereador Dionísio Eulâmpio** "Agradeço o aparte, vereador Rubinaldo. Tenho visitado frequentemente as áreas próximas à Barragem de Oiticica e posso afirmar que o relato de Vossa Excelência corresponde exatamente à realidade. A barragem trouxe um enorme benefício para toda a região, mas também causou impactos significativos para muitas famílias, especialmente aquelas que perderam suas terras produtivas. Existem pessoas que jamais voltarão



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

a ver suas propriedades, porque as áreas foram definitivamente inundadas. Isso é algo que também precisa ser reconhecido. Com relação à energia elétrica, concordo plenamente que o Estado foi extremamente rígido em algumas decisões, sem realizar estudos mais aprofundados. Há famílias localizadas a grandes distâncias da água, inclusive a mais de dois mil metros, e que hoje enfrentam enormes dificuldades para produzir e sobreviver. Precisamos nos unir politicamente para buscar soluções e evitar que essas pessoas continuem sendo prejudicadas." Retomando minhas palavras, quero ainda registrar a importância da união e da esperança. Inclusive, quando vi uma publicação do vereador Dionísio demonstrando um gesto de reconciliação e paz entre lideranças locais, fiquei feliz em perceber que ainda podemos construir um ambiente político baseado no diálogo e no respeito. Em parte, o vereador Francisco da Chagas Também quero fazer um questionamento importante: onde estão os tubos adquiridos por meio da emenda parlamentar de cento e cinquenta mil reais da então deputada Terezinha Maia, destinados à adutora emergencial? Hoje já temos água suficiente para ampliar o abastecimento para diversas comunidades, e a população precisa de informações sobre a utilização desse material. A situação hídrica melhorou significativamente, e a água hoje está muito mais próxima das comunidades. Isso facilita futuras ampliações do sistema de abastecimento. Entretanto, também precisamos cobrar melhorias nas estradas vicinais, nas passagens molhadas e nas obras de infraestrutura necessárias para garantir segurança e mobilidade à população rural. Sabemos que muitos trechos são provisórios e que, em períodos de chuvas mais intensas, voltam a ser destruídos. Esperamos que o Estado cumpra sua parte e realize as obras necessárias, especialmente as bueiras e melhorias já planejadas, para garantir o deslocamento seguro das famílias da zona rural. Retomando a fala. O homem do campo é um trabalhador digno, que merece respeito, estradas de qualidade e condições adequadas para viver e produzir. Senhor Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigado e até uma próxima oportunidade. **Fez o uso da Palavra o Vereador José Dinovan**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. O parlamentar destacou, inicialmente, a preocupação demonstrada pelos vereadores em relação ao atraso no pagamento dos servidores municipais, afirmando que a situação vem causando apreensão tanto aos trabalhadores quanto à população em geral. Declarou que tem refletido bastante sobre o que está acontecendo na atual gestão municipal, especialmente no segundo mandato do prefeito Genilson, ressaltando que situações semelhantes já ocorreram em administrações passadas, quando houve demissões, atrasos salariais e sucateamento da frota pública. Segundo o vereador, tais situações foram extremamente prejudiciais para o município de São Fernando e, por isso, considera necessário que haja equilíbrio financeiro na administração pública, pois, sem planejamento e organização financeira, não é possível manter o funcionamento adequado dos serviços públicos nem honrar os compromissos com os servidores. O vereador afirmou acreditar que chegou o momento da bancada que dá sustentação ao governo municipal se reunir com o prefeito e com os secretários envolvidos na gestão financeira para que sejam prestados esclarecimentos acerca da situação atual do município. Ressaltou que a administração ainda possui mais de dois anos de mandato pela frente e que é preciso tomar providências antes que os problemas se agravem ainda mais. Prosseguindo, José Dinovan mencionou que diversos discursos e matérias já foram apresentados na Câmara apontando a educação como o principal problema financeiro da Prefeitura, especialmente em relação à folha de pagamento. Recordou que o Legislativo aprovou projetos visando solucionar



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

tais dificuldades, uma vez que havia a alegação de que a folha da educação estaria ultrapassando valores elevados. Entretanto, informou que tomou conhecimento de estimativas apresentadas pelo setor financeiro indicando que novamente poderá faltar recursos no FUNDEB para custear a folha da educação, chegando novamente próximo ao montante de dois milhões de reais. Diante disso, afirmou que algo está equivocado e que a situação precisa ser esclarecida. O vereador declarou que, se anteriormente foi afirmado que a educação era o principal problema da administração, mas os problemas persistem mesmo após as medidas aprovadas pela Câmara, então as informações repassadas anteriormente estavam incorretas. Acrescentou que é necessário identificar os responsáveis pelos erros administrativos para que as falhas sejam corrigidas, ressaltando que a gestão pública deve atuar de maneira organizada e transparente. Ainda em sua fala, afirmou que a administração municipal precisa encontrar um rumo equilibrado, por meio do diálogo e do alinhamento entre gestão e Legislativo, para garantir um bom desempenho ao longo do mandato, beneficiando tanto a administração quanto a população de São Fernando. Na sequência, o vereador comentou sobre os projetos relacionados aos condutores de ambulância, afirmando desde já seu voto favorável às matérias que beneficiam a categoria. Aproveitou o momento para fazer um apelo aos servidores municipais, especialmente aos motoristas, no sentido de preservarem a frota pública, tratando os veículos como patrimônio da própria população. O parlamentar ressaltou que muitas pessoas ainda possuem a mentalidade equivocada de que os bens públicos "não pertencem a ninguém", quando, na verdade, pertencem ao povo e devem ser preservados por todos. Demonstrou preocupação com denúncias de veículos sucateados e peças retiradas da frota municipal, afirmando que tais situações são lamentáveis e incompatíveis com a tradição de organização administrativa que o município já teve no passado. Também comentou sobre a redução salarial de servidores celetistas, afirmando que não considera correto diminuir salários. Defendeu que, em situações de dificuldades financeiras, seria mais razoável reduzir carga horária ou reorganizar contratos, evitando penalizar os trabalhadores. Reforçou ainda a necessidade de diálogo entre a bancada governista, o prefeito e os secretários municipais, a fim de identificar onde estão ocorrendo os erros administrativos e buscar soluções antes que os problemas se agravem. Destacou que a gestão pública deve ser conduzida de acordo com a realidade financeira do município, realizando ajustes onde for necessário, mas sem penalizar os servidores mais vulneráveis. Na sequência, o vereador solicitou que os apartes concedidos durante a sessão fossem mais objetivos, ressaltando que muitas vezes os apartes estavam se transformando em novos discursos. Defendeu que o aparte deve servir apenas para complementar rapidamente a fala do orador. Concedendo aparte ao vereador Francisco das Chagas, este afirmou que a situação da frota municipal é preocupante, mencionando veículos sucateados e denúncias sobre retirada de peças e motores. Declarou que o município enfrenta um grande dismantelo administrativo e criticou a ausência de providências efetivas por parte da gestão municipal. Segundo o vereador, a situação é motivo de vergonha para a população de São Fernando. Em seguida, foi concedido aparte à vereadora Ianne Brilhante. A vereadora afirmou que a oposição utiliza a tribuna para dar visibilidade aos problemas enfrentados pela população, especialmente aos atrasos salariais e à alegação de falta de recursos por parte do Executivo. Contudo, questionou alguns contratos firmados pela gestão municipal, citando despesas com divulgação institucional e arbitragem esportiva, enquanto trabalhadores permanecem sem receber seus salários. A parlamentar afirmou que há desorganização em diversos setores da



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

administração pública municipal e destacou que cabe à oposição fiscalizar, denunciar e buscar soluções para os problemas enfrentados pela população. Retomando sua fala, o vereador José Dinovan declarou que considera fundamental a existência de oposição em qualquer governo, afirmando que a oposição exerce um papel importante de fiscalização e equilíbrio democrático. Ressaltou que nenhum gestor deve governar sem ser questionado, pois o debate e a fiscalização contribuem para o aperfeiçoamento da administração pública. Encerrando seu pronunciamento, reafirmou seu apoio aos motoristas e aos projetos em tramitação na Câmara Municipal, informando que apresentaria sua posição no momento adequado da votação dos projetos relacionados à saúde. Por fim, agradeceu a todos pela atenção e encerrou sua fala. Não havendo oradores o Sr. Presidente declarou aberto a Ordem do Dia e autorizou ao secretário da mesa, a colocar em pauta as matérias que serão votadas. **Projeto de Lei Complementar nº 02/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei nº 015/2026** – aprovado por 6 votos a favor 1 contra e 1 abstenção; **Projeto de Lei nº 019/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei nº 09/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei nº 14/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Emenda Substitutiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei nº 14/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Emenda Modificativa nº 06/2026 ao Projeto de Lei nº 14/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Emenda Aditiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei nº 14/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Resolução nº 02/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei nº 022/2026** – aprovado por unanimidade dos edis presentes. Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão.

João Dinovan de Azevedo - Presidente
Dionísio Coutinho dos Santos Neto - 1º Vice-Presidente
Fernanda Rios de M. Maia - Secretária
Missael Bruno de A. Silva - 2º VICE PRESIDENTE

Eu, Ana Amélia Meira Dantas, Digitadora de Documentos, redigi e digitei a presente ata em folhas soltas, numeradas manualmente, seguindo uma sequência contínua a ser encerrada na centésima folha para encadernação, as quais encontram-se assinadas no cabeçalho com a assinatura....., da qual faço uso.

Lido(a) no Expediente da Sessão realizada na data subscrita e encaminhado(a) para a(s) competente(s) Comissão(ões)
Sala das Sessões, 08 / 05 / 26

[Assinatura]
Secretário

APROVADO em única discussão

por unanimidade dos edis presentes

Sala das Sessões, 08 / 05 / 26

[Assinatura]
Secretário